



OFICINAS DE PARENTALIDADE E PROTEÇÃO INTEGRAL DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ENFOQUE PSICOJURÍDICO

Ana Clara Iguatemy Pereira

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Anny Caroline Tosta Cardoso

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Camila Dias de Abreu

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Carolina Assis de Carlos

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Fernanda Borges Barcellos

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Luciana Maria da Silva

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Maria Eduarda Cavalcante Quintiliano

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Mikelly Costa Lopes

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Regiane Lopes Takaoka

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

Renata Julio Agnello

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Minas Gerais

RESUMO

A partir da crescente demanda relacionada às dificuldades enfrentadas por famílias em processo de divórcio e/ou dissolução da união estável, em setembro de 2014 na cidade de Uberaba/MG foi implementado o programa de extensão universitária “Oficinas de Parentalidade” (OPs), uma parceria entre a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a 10ª Promotoria da Comarca de Uberaba/MG. A partir da Recomendação 050/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as Oficinas de Parentalidade (OP) foram propostas como uma política pública de resolução de conflitos familiares relativos ao divórcio e/ou dissolução da união estável. Fundamentado na literatura sobre os efeitos do divórcio, com ênfase nas repercussões emocionais para crianças e adolescentes, o programa busca instrumentalizar os participantes na compreensão dos impactos emocionais vividos pelos filhos e, a partir disso, desenvolver estratégias saudáveis de convivência e reorganização familiar. Sua implantação foi recomendada pelo CNJ em todas as comarcas, sendo a de Uberaba/MG a segunda



experiência em Minas Gerais e a primeira no interior do Estado. Há onze anos atuando na UFTM, com ações interdisciplinares, o programa atua com uma equipe formada de profissionais de diferentes áreas de atuação (Direito, Psicologia, Serviço Social, dentre outros) que realizam as oficinas como instrutores voluntários. Na equipe há também discentes de diferentes cursos de graduação da UFTM (Enfermagem, Medicina, Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional), que atuam como ponto de apoio aos instrutores e têm a função de observadores participantes das oficinas, bem como colaborarem para o acolhimento dos participantes e bom andamento das atividades. As ações da OP oferecem suporte psicoeducativo às famílias na construção de mudanças práticas e eficientes que favoreçam o entendimento e a melhoria na comunicação, promovendo a redução de danos emocionais aos envolvidos em disputas judiciais, principalmente as crianças e os adolescentes. As Oficinas buscam efetivar a garantia da prioridade absoluta concedida às crianças e aos adolescentes pelo artigo 227, da Constituição Federal de 1988, evitando que os filhos se tornem reféns dos conflitos dos pais. Tenta garantir também que os filhos tenham os seus direitos reconhecidos e respeitados pelos pais, além de assegurar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) seja cumprido, de modo a contribuir com a melhoria na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos no processo. Ademais, a OP atua no sentido de garantir que os direitos das crianças e adolescentes sejam cumpridos, principalmente o direito à proteção e à convivência familiar e comunitária, compreendida como espaços essenciais e de proteção para o bom desenvolvimento psicoemocional. Parte fundamental da atuação do programa é garantir uma recepção empática e cuidadosa de todos os envolvidos, favorecendo a criação de um ambiente seguro, respeitoso e humanizado. Considerando que os participantes chegam, muitas vezes, emocionalmente abalados, com sentimentos de frustração, insegurança, tristeza, angústia ou raiva, o acolhimento se torna um aspecto estruturante da proposta. Em contextos nos quais os conflitos conjugais se intensificam e não há a implementação de uma nova rotina, nem o fortalecimento do diálogo entre os membros da família, observam-se dificuldades significativas na gestão e resolução dessas adversidades. Nesses casos, é recorrente a busca pelo Sistema de Justiça como uma estratégia para obter suporte na reorganização da estrutura familiar. Considerando essa realidade, o CNJ tem desenvolvido propostas interventivas voltadas ao acolhimento e à orientação de famílias em situações de crise, como as OPs, que são concebidas como instrumentos de apoio à promoção de relações familiares mais saudáveis e ao exercício responsável das funções parentais. Ademais, o programa assume um papel formativo ao integrar acadêmicos de diferentes cursos da área da saúde e ciências humanas, promovendo a interdisciplinaridade e a formação de profissionais sensíveis às dinâmicas familiares em sofrimento. O acolhimento como eixo central da proposta garante um ambiente ético e humanizado, favorecendo o vínculo, a escuta qualificada e a promoção de mudanças positivas nas relações parentais, além de promover diferentes habilidades interventivas nos discentes envolvidos. Assim, o programa contribui não apenas para a redução de danos emocionais nos participantes, mas também para o fortalecimento da rede de apoio institucional e comunitária, cumprindo um papel estratégico na articulação entre universidade, sistema de justiça e sociedade civil. A relevância das OPs está no seu compromisso com a promoção da saúde mental, prevenção de conflitos futuros e no fortalecimento da parentalidade responsável e consciente. Portanto, este programa apresenta como objetivo principal, oferecer suporte aos ex-casais e seus filhos, em contextos marcados por conflitos decorrentes da reconfiguração das estruturas parentais. Atualmente, as OPs têm parceria com o Ministério Público, com a Vara da Infância e Juventude e com o CEJUSC da Comarca de Uberaba-MG. Ocorrem a cada dois meses nas salas de aula da UFTM e as famílias são convidadas a comparecer por meio de convites emitidos pelos parceiros citados ou pelos advogados das partes. O programa é estruturado em quatro oficinas distintas, realizadas de forma concomitante e distribuídas da seguinte forma: duas salas para os genitores, que participam separadamente; e duas salas para os filhos (uma sala para adolescentes de 12 a 17 anos e uma sala para as crianças de 06 a 11 anos). Todos os materiais



utilizados são cuidadosamente adaptados para cada um dos públicos-alvo, padronizados e cedidos pelo CNJ. Para os genitores são realizadas atividades expositivas-dialogadas e exibição de conteúdos audiovisuais que tratam de temas como a diferença entre parentalidade e conjugalidade, tipos de guarda, elementos da comunicação não-violenta, transgeracionalidade, dentre outros. O objetivo da exposição destes conteúdos é, principalmente, incentivar que a comunicação neste processo de transformação familiar seja pautada no respeito, na mediação de conflitos, na busca por cooperação coparental, na construção de formas saudáveis de relação após o divórcio ou separação conjugal. Em última instância, a promoção destes conhecimentos busca proporcionar aos pais reflexões sobre práticas parentais saudáveis, sensibilizando na compreensão do impacto do divórcio nos filhos, e promovendo o reconhecimento de comportamentos prejudiciais. As OPs voltadas aos adolescentes, apresenta o formato de roda de conversa. Neste espaço, são realizadas atividades que oportunizam a expressão de sentimentos e pensamentos que permeiam a reorganização familiar, e os efeitos deste processo em suas vidas. Os adolescentes são convidados a compartilhar suas dúvidas, inseguranças, dores e estratégias para lidar com seus sofrimentos, em suma, apoiarem-se mutuamente em um ambiente seguro. Nas OPs voltadas às crianças, as interações são permeadas por recursos lúdicos: acolhimento com a confecção de crachás desenhados, dinâmica com bexigas, histórias em quadrinhos, convite à realização de desenhos e construção de objetos através de materiais recicláveis. Este ambiente lúdico e interativo, visa viabilizar a expressão e (re)construção de sentidos e emoções sobre o que é ser família e, como é estar em uma família modificada pela nova dinâmica. Tais trocas buscam acolher estas crianças, explicar que não são os únicos a terem “dois ninhos”, que não precisam ser “pombo-correio” dos pais. Neste espaço, as crianças geralmente abordam suas fantasias, sentimentos de culpa pela dissolução conjugal dos pais, medo de não rever irmãos e familiares, solidão, dentre outros sentimentos. Neste sentido, é importante salientar que o programa se baseia na importância de proporcionar uma escuta ativa e acolhedora aos participantes em um momento de sensibilidade, prática que envolve o acolhimento como uma dimensão do cuidado, centrada no momento do encontro, em que os atores envolvidos trazem consigo sua bagagem, seus saberes e seus afetos, favorecendo a criação de um canal contínuo de reciprocidade entre os participantes e a equipe, facilitando a criação de um vínculo, ainda que breve, porém potente. Tal vínculo, favorece a participação ativa dos diferentes membros do núcleo familiar, permitindo que cada indivíduo traga sua perspectiva única para as dinâmicas, enriquecendo as discussões com a contribuição de diversas vivências e sentimentos. Assim, o acolhimento torna-se o elemento central das OPs, contribuindo para a diminuição da sensação de desamparo de pais e filhos participantes. À medida que as atividades são desenvolvidas, torna-se possível notar a mudança comportamental de pais e filhos: de um início marcado por insegurança e desconfiança, passam a uma participação ativa e engajada. Para os genitores, as OPs se tornam um espaço de reflexão e identificação com os temas discutidos, possibilitando a troca de interações a respeito dos conflitos vivenciados, além de permitir a construção de novas formas de relação. À vista disso, a partir do entendimento de como a temática do divórcio e os conflitos que emergem deste impactam os envolvidos e abalam a relação familiar como um todo, é possível enxergar novas maneiras de mediar essas questões, tentando melhorar a relação com os ex-parceiros e, principalmente com os filhos. Um dos principais resultados vistos é a compreensão, por parte do ex-casal, de que, mesmo com o rompimento da relação conjugal, a família continua a existir e eles devem ser o ponto de apoio parental para que as crianças ou adolescentes tenham um bom desenvolvimento psicoemocional, nesta nova estruturação familiar. Também é nítido, ao final de cada OP, perceber, através de relatos das crianças, o aproveitamento dos conteúdos desenvolvidos: “hoje aprendi que é mais legal ter dois ninhos do que um” ou “aprendi que meus pais vão me amar independentemente de qualquer coisa” e até mesmo “tudo na nossa vida pode mudar para melhor” demonstram que as dúvidas e dores iniciais puderam dar vez à sensação de alívio e a esperanças de melhoras. Desse modo, as OPs consolidam-se



como um espaço de proteção emocional, de reconstrução de vínculos e de promoção de novas possibilidades de convivência familiar, contribuindo para a prevenção de danos psíquicos ou emocionais decorrentes de separações conflituosas e impactando positivamente as relações familiares como um todo. Os resultados observados reforçam a eficácia da iniciativa: pais e mães relatam maior consciência sobre os impactos emocionais do divórcio nos filhos, enquanto crianças e adolescentes expressam, por meio de atividades lúdicas e diálogos com a equipe, um alívio de culpa e angústias, além de uma visão mais positiva sobre a reconfiguração familiar. A escuta ativa e o acolhimento humanizado são pontos importantes que possibilitam tais resultados produtivos e importantes para o público-alvo. Em síntese, o programa cumpre um papel social e educativo essencial, atuando na prevenção de danos emocionais e no fortalecimento de vínculos familiares. Ao articular Universidade, Sistema de Justiça e comunidade, o programa não apenas beneficia as famílias atendidas, mas também contribui para a formação de profissionais mais sensíveis e preparados para lidar com conflitos familiares. Assim, reafirma-se a importância da continuidade e expansão de iniciativas como essa que promovem saúde mental, diálogo e parentalidade responsável, assegurando um futuro mais equilibrado para as crianças e adolescentes envolvidos nesses processos desafiadores.

Palavras-chave: Parentalidade. Divórcio. Conjugalidade.